



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

CLEODON DE MELO VENTURA

GESTÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DUAS EXPERIÊNCIAS DE
APLICAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA

JOÃO PESSOA/PB

2014

CLEODON DE MELO VENTURA

**GESTÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DUAS EXPERIÊNCIAS DE
APLICAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia –
Magistério da Educação Infantil, como
requisito institucional para obtenção do
título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Mestra Cristiane Sousa
de Assis.

JOÃO PESSOA/PB

2014

**GESTÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DUAS EXPERIÊNCIAS DE APLICAÇÃO DE
RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA
ESCOLA NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Magistério da Educação Infantil, Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

_____/_____/ 2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms.Cristiane Sousa de Assis
(Orientadora)

Profa. Ms. Alessandra Nóbrega
(Examinadora)

Profa. Ms Ana Paula Mendes
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Ao “menino” Jesus, pelo dom da vida e eterna solicitude para com minhas orações e pedidos a me ajudar a persistir na caminhada.

À minha mãe, pelos sacrifício do exercício da solidão, a fim de não interferir nas exíguas e atribuladas horas de estudos em casa.

A minha orientadora, aos colegas de trabalho e de curso, aos professores e professoras, e aos chefes e superiores nos trabalhos e atribuições que exerço, pelos incentivos e compreensões nos momentos difíceis.

Às crianças nos momentos de estágio, que ratificaram em mim o motivo da minha escolha por esse curso, fazendo cada esforço valer a pena.

"Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra". (Anísio Teixeira.)

RESUMO

Ultimamente, muito se tem falado na importância da Educação Infantil (EI) como parte integrante da formação do cidadão, transferindo para ela a responsabilidade de “sistematizar” os saberes das crianças para o seu futuro aprendizado. Algumas ações nesse sentido são articulações entre os entes federados, destacando-se aí o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), uma ação de descentralização de recursos que permite a escola exercitar um pouco de autonomia financeira através da gestão democrática. Até 2010, havia cotas específicas para creche e pré-escola desses recursos, que deveriam ser aplicadas especificamente com essa modalidade. Se de forma explícita isso raramente acontecia, a situação ficou pior quando o Ministério da Educação (MEC) nomeou de “Educação Básica” as modalidades de creche ao 3º ano do Ensino Médio, não mais especificando no repasse os valores de cada modalidade, desafiando a gestão democrática da escola a aplicar estes repasses. Neste contexto, buscou-se verificar em duas escolas da rede municipal de Ipojuca/PE, como os membros das Unidades Executoras deliberam sobre a utilização de recursos do PDDE em prol das turmas de Educação Infantil. Pautados em uma pesquisa de campo, de cunho exploratório e abordagem quantiqualitativa, foram aplicados questionários e entrevistas com 24 sujeitos participantes, bem como análise de conteúdo presente nas atas das Unidades Executoras (UEX,s), notas fiscais e diários de classe. Verificou-se que alguns fatores influenciaram na má ou boa alocação desses recursos para as turmas de EI nas escolas pesquisadas, a exemplo da falta de apropriação dos mecanismos legais que regulam a utilização dos recursos e do alinhamento da aplicação destes com a execução do Projeto Político Pedagógico das escolas, respectivamente.

Palavras-chave: Educação Infantil. Unidade Executora. PDDE.

ABSTRACT

Lately, much has been said about the importance of early childhood education (EI) as an integral part of the education of the citizen, moved to her responsibility to "systematize" the knowledge of the children for their future learning. Some actions in this regard are the joints between the federated entities, standing out there in the Money Programme Direct School (PDDE in portuguese), an action for decentralization of resources that allows the school to exercise a little financial autonomy through democratic management. By 2010, had specific quotas for nursery and pre-school these features, which should be applied specifically to this form. If so, in explicit form, it rarely happened, the situation got worse when the Ministry of Education (MEC) 'user name' of "Basic Education" arrangements from nursery to 3rd year of high school, not specifying the transfer values each mode, thus challenging the democratic school management to apply these transfers as well, which will try to check in two municipal schools Ipojuca / PE. For both questionnaires, interviews, discourse analysis of the diary office of the Executing Units (UEX, s), for purposes which were prepared the factors that influenced the good or bad allocation of these resources for the classes of EI in the schools surveyed.

Keywords: Childhood Education. Executing Units. PDDE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACS-FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

CD – Conselho Deliberativo

CE – Conselho Escolar

CF – Constituição Federal

EI – Educação Infantil

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento dois

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UEI – Unidade de Educação Infantil

UEX – Unidade Executora Própria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA.....	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3.1 PDDE – Instrumento da gestão democrática, alguns aspectos legais.....	18
4 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	20
4.1 Números da Educação Infantil em Ipojuca/PE: matrículas, repasses, aplicações...26	
4.1.2 Números de matrículas das escolas pesquisadas, na creche e na pré-escola.....27	
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	30
5.1 Recorte da Educação Infantil em Ipojuca/PE entre 2010 e 2013.....	30
5.2 Mesmo programa, mesma realidade, mesma destinação: dois resultados.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	41
ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muito se tem discutido a respeito da qualidade da educação no Brasil, principalmente após a redemocratização do país, iniciada ao final dos anos 1980. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), várias das aspirações dos movimentos sociais tomaram forma na lei, dentre elas temos a responsabilização do Estado e da família quanto à garantia de escolarização das crianças e a maior participação do cidadão nas instâncias de decisão e controle social dos gastos públicos. Estas aspirações estão, ao longo das décadas seguintes, sendo alvo de regulamentações que objetivam ampliação da oferta de uma educação pública de qualidade e da participação da sociedade civil na gestão pública, implementando assim a gestão democrática de direito.

Por este viés, entende-se que não se implementa uma gestão democrática na educação sem a devida autonomia política e financeira das unidades de ensino, e principalmente sem estabelecer uma conexão de causa e efeito entre a utilização dos recursos públicos e melhoria da aprendizagem.

Sobre a busca de uma educação de qualidade no setor público, a tríade: currículo, financiamento e gestão democrática é assunto recorrente nos mais diversos níveis de interlocuções, desde o âmbito dos lares mais humildes do povo brasileiro até a mais elevada cátedra de nossas universidades, fato que pode ser evidenciado em pesquisas de campo ou estudo de arte quando o tema é educação a partir de seu ponto de vista genérico.

Ao tratar-se de gestão democrática, e em específico, a questão dos recursos públicos, registre-se que a constituição cidadã de 1988 suscitou à instituição do controle social (CF § 4º do Artigo 74), que a sua esteira, ensejou através de Decretos e Leis Complementares a criação de diversos Conselhos Setoriais específicos de fiscalização da utilização dos recursos públicos (entenda-se aí os repasses automáticos federais aos demais entes federados), ou seja, um mecanismo de acompanhamento e fiscalização da utilização dos recursos públicos que prevê a participação efetiva da sociedade civil, de forma representativa.

Concernente à educação, a questão do financiamento, temos em nível municipal, desde o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB (secretarias municipais de educação) até as Unidades Executoras (escolas).

Saliente-se, porém, que em se tratando de financiamento específico, não há articulação entre esses mecanismos, pois os mesmos foram criados por diferentes Decretos Presidenciais e regidos e regulamentados por Instruções e Resoluções diferenciadas, apesar de estarem ligados a mesma autarquia, ou seja, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Afunilando para o eixo gestão democrática na escola (inciso VII do Artigo 3º da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes de Base - LDB), percebe-se que atuação dos Conselhos Escolares (CE) e das UEXs têm sido capítulos à parte em várias publicações. Se por um lado os Conselhos Escolares detém-se sobre os aspectos políticos pedagógicos das escolas, as Unidades Executoras versariam sobre a aplicação dos recursos financeiros, constituindo-se em entidades de direito privado dentro do órgão público (Gonçalves et al., 2005, p. 66), e assim não poderiam ser órgão de controle social, mas sim objeto desta, uma vez que seu papel é operacionalizar os recursos e não somente fiscalizar a aplicação dos mesmos, ou seja, ela contraditoriamente se autofiscalizaria.

Ao se afirmar que a busca por uma melhor qualidade na educação perpassa pelo acompanhamento sistemático da comunidade nas escolas, e com elas reflita-se sobre quais competências tem essa comunidade para intervir positivamente nessa participação. Nesta pesquisa o foco detém-se nas UEXs, visto que às mesmas são legadas as responsabilidades de gerir os recursos repassados às escolas através do PDDE.

Convém ressaltar que a composição das UEXs é orientada pela Resolução nº 12 de 10 de maio de 1995 (MEC/FNDE 2014), que indica a paridade de representação de seus membros, geralmente entre a gestão (direção, professores e funcionários) e comunidade (pais, alunos e entidades locais). Nela há as instancias de Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Quase sempre uma Unidade Executora consta com no mínimo 12 membros entre titulares e suplentes.

Enquanto há rica literatura acerca da gestão democrática nas escolas, há nestas, raras citações que apontem a práxis de membros das UEXs em relação aos processos de aprendizagem da escola, não raro as citações aos mesmos, são indiretas, quando muito à instituição, e a essas, “as críticas referem-se à minimização da responsabilidade estatal ou falta de empoderamento de seus membros para exercício pleno da cidadania, constituindo-se apenas para cumprimento de uma exigência legal que permita o recebimento dos recursos do PDDE”. (BRUEL, 2010, p.66).

Esses aspectos, têm servido ao discurso de muitos gestores escolares do município do Ipojuca-PE, que parecem dispensar pouca atenção às turmas de EI, transferindo parte dessa responsabilidade ao exercício da gestão democrática, e em especial às UEXs por estas gerirem os recursos repassados do PDDE, e não contemplar a mesma em suas deliberações. No entanto há relatos diferenciados na rede, que merecem um estudo preliminar, pois tratam-se de experiências com as UEX enquanto gestão democrática que vão desde a omissão da Educação Infantil até sua plena priorização, situações ainda não sistematizadas, e as últimas, por sua relevância merecem uma investigação comparativa que nos apontem muito mais o “como?” que o “por quê?”. A EI nessas escolas é referência no município, visto a procura por vagas nestas unidades referenciadas pelos subsídios e ambientação diferenciadas que oferecem.

Neste viés, o **objetivo** de nossa pesquisa foi o de identificar quais competências são mobilizadas e/ou elaboradas pelos membros das UEX's de duas escolas da rede municipal do Ipojuca –PE.

Para tanto, especificamente, objetivou-se: verificar quais as percepções sobre a qualidade do ensino e dos recursos humanos e materiais tem a comunidade escolar acerca das expectativas dos pais e reais necessidades dos alunos; Saber quais concepções de Gestão Democrática, Conselho Escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Unidade Executora, tem a comunidade escolar de cada escola pesquisada; Investigar qual a compreensão sobre a quantidade e qualidades de materiais e qualidade do processo de aprendizagem os professores e pais dos alunos da Educação Infantil têm em relação à utilização dos recursos dos recursos do PDDE; Comparar os quantitativos contingenciados do PDDE para a EI nas duas escolas pesquisadas, assim como os critérios e mecanismos utilizados pelas respectivas UEXs em suas deliberações para tal; Comparar os relatos da comunidade escolar e os registros das UEXs, procurando identificar a apropriação de seus papéis e atribuições, que em função da utilização dos recursos do PDDE possam ter contribuído para melhor aprendizagem nas turmas da EI.

Os escritos que abordam a questão da gestão democrática, até então pesquisados, abrangem geralmente os arquétipos políticos institucionais inerentes a ela, ora como respostas a crise do capital e a tentativa neoliberal de minimização do Estado, ora como a execução de modelos socialistas de partilha de poderes e fortalecimento da presença do mesmo, pouco se focando nos mecanismos empíricos que envolvem o fator humano na questão.

Assim, optou-se por tentar estabelecer uma relação entre os quantitativos contingenciados do PDDE para a EI nas duas escolas pesquisadas, assim como os critérios e mecanismos utilizados pelas respectivas Unidades Executoras em suas deliberações para tal, pontuando-se por comparar os relatos da comunidade escolar e os registros das Unidades Executoras, buscando que apropriações de seus papéis e atribuições, que em função da utilização dos recursos do PDDE possam ter contribuído para melhor aprendizagem nas turmas da Educação Infantil.

As duas escolas pesquisadas fazem parte da rede municipal de ensino do município do Ipojuca, localizado na região metropolitana de Recife/PE. Nos últimos três anos, uma delas tornou-se referência junto à sua comunidade no atendimento a “clientela” de EI, uma vez que priorizou os aspectos pedagógicos da escola, contrapondo o dado preocupante quanto a destinações dos recursos, em que, a questão dos pequenos reparos estruturais, previstos na utilização da verba de custeio repassados pelo PDDE, são os itens de maior priorização dos gestores, ora por deficiências de atendimento da Secretaria de Educação, ora por questões estéticas e decorativas.

Na maioria das escolas da rede, pouco se tem atenção a interligação dessas ações para viabilizar ou se ter êxito nas ações pedagógicas das escolas, e como as turmas de EI são menores e/ou funcionam em anexos, são quase negligenciadas, restando-lhe por vezes a sobra de materiais que são adquiridos para as turmas iniciais do Ensino Fundamental, ou para as atividades de artes, etc.

Esses aspectos, ou seja, o alinhamento do uso dos recursos com a proposta pedagógica da escola em que a EI era prioridade e sua total omissão como partícipe da aplicação desses recursos, ficaram evidenciados, quando da compilação e comparações das entrevistas, respostas dos questionários fechados e análise de discurso das atas de reuniões das Unidades Executoras, vistoria das notas fiscais, etc. Percebe-se então uma grande fragilidade da comunidade escolar quanto ao seu empoderamento enquanto gestão democrática, muito mais de fato que de direito, verificou-se que pouco mais que 25% dos professores que participam da UEX de suas escolas conhecem suas atribuições enquanto conselheiros, e apenas 10% opinaram ou propuseram sobre ações pedagógicas na educação infantil.

Pautada em uma pesquisa de campo, de cunho exploratório e de abordagem quantiqualitativa, este trabalho foi estruturado numa sequência descritiva, de caráter associativo entre dados e opiniões. Para tanto, recorremos a autores contemporâneos e em

especial ao arcabouço legal inerente ao tema. Isto levou a uma sistematização de dados evidenciados por suas tabulações de forma a fazer-se compreender didaticamente, culminando numa análise dos fatos que nos apresentou, entre outros resultados, à necessidade de pautar este tema nos momentos de formação dos profissionais em educação, sobretudo da evidente relação entre o bom uso dos recursos públicos e a melhoria na qualidade da educação.

Os resultados apontam a falta de empoderamento da comunidade escolar em relação aos aspectos legais e operacionais do PDDE. E, em virtude da relevância do assunto, acreditamos na importância de se ampliar o diálogo e a reflexão acerca do mesmo, desejando que este TCC sirva de estímulo para aprofundamentos futuros.

A estrutura deste trabalho foi dividida em cinco tópicos. Para composição de sua compreensão que já se inicia pela metodologia em virtude da expressiva quantidade de dados estatísticos produzidos pela concatenação dos relatos. No referencial teórico o eixo balizador foram as Resoluções do FNDE, pois ainda há poucos autores que abordem o tema especificamente, nomes como Libaneo (2013) e Oliveira (2013) são os mais comuns quando o assunto é gestão democrática. Para melhor situar o leitor abordou-se nesse capítulo um resumo histórico do PDDE e seus pressupostos legais. Em seguida, relata-se a sistematização das informações coletadas, inicialmente com um panorama do município em relação ao estado de Pernambuco e ao Brasil e, em seguida, um comparativo desses mesmos parâmetros com relação às duas escolas pesquisadas. Finalmente, buscou-se concluir o texto com a análise dos dados, apresentando a evolução da Educação Infantil em Ipojuca e a interface dessa evolução nas escolas pesquisadas como fator balizador dos aportes de recursos federais e utilizações dos recursos do PDDE pelas mesmas na Educação Infantil.

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado está pautado em uma pesquisa de campo, do tipo estudo exploratório, com abordagem quantiquantitativa, uma vez que se busca evidenciar as inter relações entre a qualidade e a quantidade. A escolha deste tipo de metodologia justifica-se pela quantificação e análise dos dados, em espaço e tempo viável, possibilitando um minucioso diálogo com a realidade, principalmente, uma visão mais ampla e crítica, conforme orienta José Filho:

O ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos. (FILHO *apud* PIANA, 2009:267)

Em linhas gerais, a pesquisa foi realizada estritamente no âmbito de duas escolas da rede municipal do município do Ipojuca – PE, que são semelhantes no quantitativo de turmas e alunos da EI. Como são escolas “distritais”, ou seja, são escolas polo dos principais distritos da cidade de Ipojuca, as mesmas atendem alunos da área urbana e rural, ou seja, filhos e filhas de trabalhadores da monocultura da cana-de-açúcar, construção civil, ambulantes, dentre outros que, de modo geral, possuem pequeno poder aquisitivo e em que os serviços públicos têm forte apelo assistencialista e a demanda por vagas na EI é alta, causando um déficit no seu atendimento.

Estruturalmente as escolas são amplas, no entanto, as turmas de Educação Infantil são localizadas tanto nos prédios principais como em prédios anexos, visto o número de alunos e as peculiaridades de seu atendimento que esses anexos atendem (banheiros apropriados, área de lazer, mobiliário, etc.).

As semelhanças entre as duas escolas acentuam-se na estrutura física, nos recebimentos de recursos do PDDE, na composição das UEXs e principalmente no contexto socioeconômico e cultural, porém apresentam um tratamento dicotômico entre elas com relação a utilização de recursos do PDDE para as turmas de EI. Desse modo, nosso foco foi buscar as causas deste “fenômeno”, já que uma é tida como referência nesta modalidade de ensino, e cujo gestor atribui esse mérito também a inclusão da EI na “partilha extras” destes recursos, enquanto a outra escola não apresenta o mesmo resultado, apesar de receber praticamente mais recursos que a anterior.

Assim, os dados foram coletados com a comunidade escolar (pais, alunos, funcionários, gestores) das duas escolas, através de questionários, com a análise dos

documentos das prestações de contas destas (Atas de reuniões das UEX, Notas Fiscais, etc.), publicações de repasses do PDDE para as duas escolas, Resoluções do FNDE acerca das destinações dos recursos, com a análise de cumprimento do Projeto Político Pedagógico - PPP, etc.

Para viabilizar a coleta de dados, foram utilizados instrumentos como: dois questionários contendo seis questões (abertas e fechadas), cada um (apêndices A e B), entrevistas (apêndice C), as quais tiveram que ser retomadas, pois não haviam sido gravadas anteriormente, além dos registros das observações no diário de bordo. Também foi realizada uma pesquisa na internet, na busca dos quantitativos transferidos, isto é, quanto de recursos em reais foi transferido para as contas das escolas e do município, e edição das resoluções do PDDE e FNDE, respectivamente, além de um roteiro de análise de conteúdo das atas de reuniões das UEXs de cada escola, estas atas registram as deliberações e é concretamente um registro histórico.

Bakhtin citado por Freitas (2002, p. 24) afirma que “não é possível compreender o homem, sua vida, seu trabalho, suas lutas, senão por meio de textos, signos criados ou por criar”. Assim, os dados foram, pois, sistematizados em tabelas e gráficos comparativos, subsidiando as informações, colocando assim seu aspecto quantitativo em função dos dados qualitativos, reforçando-os.

Na perspectiva de introduzir o leitor à problemática desta pesquisa, a seguir, trataremos do referencial teórico adotado. Importa ressaltar que, o aporte teórico estudado serviu de base para o desenvolvimento das análises dos dados coletados. E estas foram tratadas com o devido rigor e a criticidade exigida para um trabalho acadêmico.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, no Brasil, a vivência de gestão democrática, vem sendo fortalecida desde o período de redemocratização do país, na década de 1980, consolidando-se na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, com a instituição do Controle Social, ou seja, atrelando-se a utilização e fiscalização dos recursos com a anuência de conselhos setoriais, onde se garante a participação de vários segmentos da sociedade civil.

Uns dos pioneiros do “escolanovismo”, Paschal Lemme, já afirmava em 1953, sobre a importância de se valorizar o exercício de decisão compartilhada a partir da escuta das bases onde se dariam os processos, e não apenas pelas proposições de pessoas ou grupos que estejam no “comando” e que hierarquizam as tomadas de decisão:

[...] nenhum administrador por si só, pode ou tem o direito de traçar planos ou programas ou se empenhar em realizações sem a consulta, o apoio e, portanto, a compreensão das populações em benefício das quais se pretende desenvolver tais ações. (LEME *apud* BRANDÃO, 2010, p.85)

Quando restringimos esses dispositivos à escola, vemos a tangência de duas instancias participativas, o Conselho Escolar e a Unidade Executora (UEX), um que delibera regimentalmente sobre a vida pedagógica e administrativa da escola, e outra que executa a utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), tendo como base as deliberações do primeiro, respectivamente.

Enquanto o Conselho Escolar tem formação garantida pelo MEC através do programa pró-conselho, as UEXs no mais tem orientações esporádicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que as coadunam com visitas técnicas, muito afeitas a notificar as escolas e prefeituras que capacitar seus participantes.

Como as UEXs têm caráter executivo, lidam e deliberam com recursos públicos, assume também a obrigação estatutária de responsabilizar-se pela correta utilização desses recursos, que apesar de pequeno, tem restrições quanto à natureza dos materiais e serviços que podem ser adquiridos ou contratados, necessitam de um processo licitatório (isenta da Lei 8.666/93 – Licitações), que demanda a produção de uma burocracia, na maioria das vezes, distante de suas realidades.

Um dos desafios dos gestores escolares estaria justamente em compor a Unidade Executora. Se por um lado, busca-se a participação da comunidade sob o viés da

representatividade, por outro, o perfil exigido, visto as competências requeridas para o bom funcionamento da UEX tornam-se mais complexas. Se levarmos em consideração a realidade socioeconômica dos possíveis representantes dos “usuários” nas UEXs (pais, alunos e comunidade), esta limitação tem colaborado para formações “direcionadas”, “perpetuação” de representações e redução estatutária no número de participantes das UEXs.

3.1 PDDE – Instrumento da gestão democrática, alguns aspectos legais

O PDDE é um programa do FNDE criado em 1995, inspirado por agentes internacionais financeiros, neste caso o Banco Mundial. Sua ideia proposta era proporcionar certa autonomia financeira às escolas, uma experiência vivida no plano internacional em virtude da ascensão da política econômica neoliberal vigente na época, em que a minimização do estado era tema corrente. Alguns críticos chegam a alertar que esse seria um processo lento de privatização da escola pública, com contraditório financiamento estatal:

Mais do que uma privatização da educação nacional, a expansão deste novo privado é marcada, sobretudo pela instrumentalização deste sector pelos poderes públicos. (MONS *apud* PERONI, 2011 p.52)

O PDDE é normatizado anualmente por Resoluções editadas pelo FNDE, este último uma autarquia do MEC, que centraliza os recursos federais da educação, regulando as transferências diretas de recursos aos demais entes federados, órgãos conveniados e afins.

O PDDE hoje agrega diversas ações: Mais Educação, PDDE - Campo, PDDE-Acessibilidade, etc. Segundo a Resolução FNDE nº04 /2009, há duas formas das escolas serem beneficiadas com esses recursos: uma, é através de atendimento de suas demandas a partir da gerência do repasse pela prefeitura quando as escolas não tem Unidade Executora, por conta única administrada pelo município, e outra diretamente, neste caso para a escola, que para está apta a receber os recursos do PDDE, se faz necessário constituir uma entidade sem fins lucrativos, denominada pela atual Resolução FNDE/CD nº 03/2010 de Unidade Executora Própria, a mesma deverá ser composta paritariamente, ou seja, com elementos da comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade (que podem ser ONG, associações, etc.)), em sua estrutura decisória a UEX tem em seu bojo uma diretoria, um conselho deliberativo e um conselho fiscal.

Essa formatação teria a seguinte mecânica: o conselho deliberativo elencaria as prioridades, a diretoria executaria as aquisições e prestações de contas, e o conselho fiscal faria a análise com a aprovação ou não dessas contas.

Os repasses do PDDE têm como critério a matrícula das escolas no ano anterior aos mesmos, ou seja, tendo como base o censo escolar o FNDE repassa os valores proporcionais aos números de alunos matriculados do exercício letivo anterior. O compute desses repasses, até 2012, eram diferenciados para as modalidades de creche, pré-escola e ensino fundamental, contudo, em 2013 aglutinou-se esses valores à modalidade da Educação Básica, excluindo-se aí a creche, que tornou-se objeto de outro programa, o Brasil Carinhoso.

O Brasil Carinhoso, é uma ação do governo federal com a finalidade dar consecução as ações de assistência social às crianças na primeira infância, trata-se de uma ação interministerial previstas PAC-2, no escopo do MEC ela é desenvolvida no âmbito do Pro infância, um programa atrelado ao PDE, cujo objetivo é a construção de creches padrão, o que forçaria a migração das turmas de EI das atuais escolas e anexos para prédios mais estruturados com modernas instalações e equipe multidisciplinar, no entanto salvo as sedes distritais as escolas das áreas rurais não possuem matrícula suficientes, e as nucleações dessas, dada a extensa geografia de Ipojuca, torna-se impraticável, e assim o meio rural ficou excluído dessa benesse, por enquanto.

Do ponto de vista numérico houve um salto significativo na alocação de recursos para Educação Infantil do município do Ipojuca/PE, mas há de lembrar que os repasses iniciais do Brasil Carinhoso são para construção dessas Unidades de Educação Infantil, e de que os repasses secundários desse programa serão para manutenção dos mesmos, porém não mais via PDDE, estas unidades podem num futuro próximo constituir suas UEX afim de receberem esses recursos.

4 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Por tratar-se de uma pesquisa quantiquantitativa, as informações coletadas foram agrupadas de forma a facilitar a compreensão de leitor do fenômeno estudado, não só como um subsídio apenas, mas que suas leituras comparativas incitem o mesmo a contextualizar as informações em áreas análogas, familiarizando-o com o texto.

Esse mecanismo visa contrapor o que Goldemberg (2002, p.61) *apud* Marconi & Lakatos (2011:286) que afirma “as abordagens quantitativas sacrificam a compreensão do significado em troca do rigor matemático”. Assim, buscou-se o aspecto didático da informação, procurando consolidar alguns dos aspectos de similaridades quantiquantitativa da pesquisa, postulados por Grinnell em “demonstrarem e provarem o grau nas quais as suposições ou ideias têm fundamentos.” (MARCONI & LAKATOS. 2011, p.287).

Inicialmente foi coletada uma pesquisa com os componentes das UEXs das duas escolas, totalizando 32 indivíduos, para fins de subsidiar um questionário mais específico. Esta foi tomada a termo, no entanto teve que ser refeita para que houvesse o registro oral da mesma, ela constou de quatro tópicos onde estavam distribuídos em dez perguntas (vide apêndice), excetuando-se a classificação dos entrevistados. Dessa forma alcançamos o seguinte resultado:

ESCOLA A & B

1. Tópico 2 - Percepções quanto à existência e importância e utilização dos recursos do PDDE:	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Gestão (4 pessoas) Por Escola	2.a	4	4	0	0	Percebeu-se durante o diálogo que a rede não oferece nenhuma capacitação aos gestores sobre o PDDE.
	2.b	4	4	0	0	
	2.c	3	4	1	0	
	2.d	3	4	1	0	
	2.e	4	4	0	0	

1. Tópico 2 - Percepções quanto a existência e importância e utilização dos recursos do PDDE:	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Pais (4 pessoas) Por Escola	2.a	1	4	3	0	Os pais só tomam conhecimento do PDDE, quando “convidados” a participar das UEXs.
	2.b	4	4	0	0	
	2.c	1	4	3	0	
	2.d	1	4	3	0	
	2.e	1	3	3	1	

1. Tópico 2 - Percepções quanto a existência e importância e utilização dos recursos do PDDE:	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas negativas (não)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc. A	Esc.B	
Segmento Professores (4 pessoas) Por Escola	2.a	4	4	0	0	Dos oito profissionais entrevistados apenas 02 relataram consultar/partilhar em seu segmento as deliberações por estes tomadas em nome dos demais
	2.b	4	4	0	0	
	2.c	3	4	1	0	
	2.d	3	4	1	0	
	2.e	2	4	2	0	

1. Tópico 2 - Percepções quanto a existência e importância e utilização dos recursos do PDDE:	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Comunidade (4 pessoas) (pessoas do entorno da escola, especialmente de entidades quando há.) Por Escola	2.a	1	3	3	1	Os segmentos convidados nas duas restringiam-se à Associação de Moradores e as Igrejas.
	2.b	2	3	2	1	
	2.c	3	4	1	0	
	2.d	1	3	3	1	
	2.e	3	4	1	0	

1. Tópico 3 - Percepções quanto a existência da Unidade Executora e suas atribuições	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Gestão (4 Pessoas) Por Escola	3.a	2	4	2	4	Na Escola B a presidência da UEX é exercida por um professor.
	3.b	4	4	0	0	

1. Tópico 3 - Percepções quanto a existência da Unidade Executora e suas atribuições	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Pais (4 pessoas) Por Escola	3.a	1	3	3	1	A escolha dos mesmos se dá através de aclamação
	3.b	4	4	0	0	

1. Tópico 3 - Percepções quanto a existência da Unidade Executora e suas atribuições	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Professores (4 pessoas) Por Escola	3.a	1	4	3	0	Na análise das atas esse segmento é o mais faltoso às reuniões na Escola A
	3.b	4	4	0	0	

1. Tópico 3 - Percepções quanto a existência da Unidade Executora e suas atribuições	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Comunidade (4 pessoas) (pessoas do entorno da escola, especialmente de entidades quando há.) Por Escola	3.a	1	2	3	2	Por vezes delegam a alguém à participação nas reuniões da UEX
	3.b	4	4	0	0	

1. Tópico 4 - Percepções da utilização dos recursos em turmas da Educação Infantil	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Gestão (4 pessoas) Por Escola	4.a	0	4	4	0	Baseiam-se em geral no quantitativo de matrículas
	4.b	1	3	4	0	

1. Tópico 4 - Percepções da utilização dos recursos em turmas da Educação Infantil	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Pais (4 pessoas) Por Escola	4.a	1	3	3	1	Nunca discutem com o segmento que representam
	4.b	2	3	2	1	

1. Tópico 4 - Percepções da utilização dos recursos em turmas da Educação Infantil	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Professores (4 pessoas) Por Escola	4.a	1	2	3	2	Só há interesse quando há pressão dos colegas da EI
	4.b	4	4	0	0	

1. Tópico 4 - Percepções da utilização dos recursos em turmas da Educação Infantil	Pergunta	Respostas afirmativas (sim)		Respostas Negativas (não, pouco, muito pouco)		Observações
		Esc.A	Esc.B	Esc.A	Esc.B	
Segmento Comunidade (4 pessoas) (pessoas do entorno da escola, especialmente de entidades se quando há.) Por Escola	4.a	1	4	3	0	Votam nas proposições seguindo posicionamento dos gestores
	4.b	1	4	3	0	

Em relação aos questionários os tabulamos em duas categorias, a primeira dos membros da UEX, e o segundo dirigido a comunidade escolar, salientando, que a intenção destes foi a de complementar as informações das entrevistas. Isto se deu em virtude da riqueza de detalhes e de informações não contingenciadas nas perguntas das entrevistas.

E assim comprovou-se que as repostas apontaram para outras variáveis (MARCONI & LAKATOS Ibid, 2011), caracterizando o teor exploratório da pesquisa, afinando para o comportamento de um determinado grupo social, desta feita as Unidades Executoras.

Este comportamento dialogou com propriedade com o Método Funcionalista proposto por Malinowski em seu aspecto das funções manifestas também proposta por Merton (MARCONI & LAKATOS 2011: pp. 94,95), ou seja, ao se pesquisar um fenômeno, tantos outros surgirão, podendo desfocar o objetivo do pesquisador, o Método Funcionalista, permite identificar padrões de comportamento de determinado fenômeno mesmo quando surgem variáveis distintas deste, já que as separa por funções que essas exercem no mesmo.

Inicialmente sistematizamos o questionário A, dirigido especificamente para os membros da UEX's. Neste houve a participação de 4 membros por escola, representando os segmentos do qual fazem parte:

Escola A (aspectos pessoais)

Segmento	Grau de Instrução	Função na UEX	Ciência das atribuições da função
Pai	Ensino Fundamental Incompleto (3º ano)	Tesoureiro	Incipiente, apenas assinava a

			documentação
Professor/Funcionário	Pós Graduação	Secretário	Completa.
Gestor	Pós Graduação	Presidente	Completa
Comunidade (entidade)	Ensino Médio	Conselho Fiscal	Incipiente

Escola A (aspectos operacionais da UEX)

Segmento	Grau de prioridade da Educação Infantil no direcionamento dos recursos, (de 1 à 5) 1 para muito, e 5 para nenhum.	Consultar ou partilhar as deliberações com seus representados	Grau de influência na distribuição dos recursos do PDDE (de 1 à 5) 1 para muito, e 5 para nenhum.
Pai	4	Nenhuma	5
Professor/Funcionário	3	Esporadicamente	2
Gestor	5	Sempre	1
Comunidade (entidade)	5	Nenhuma	5

Escola B (aspectos pessoais)

Segmento	Grau de Instrução	Função na UEX	Ciência das atribuições da função
Pai	Ensino Médio Completo	Conselho Fiscal	Incipiente, apenas assinava a documentação
Professor/Funcionário	Pós Graduação	Tesoureiro	Completa.
Gestor	Pós Graduação	Presidente	Completa
Comunidade (entidade)	Ensino Médio	Secretário	Completa

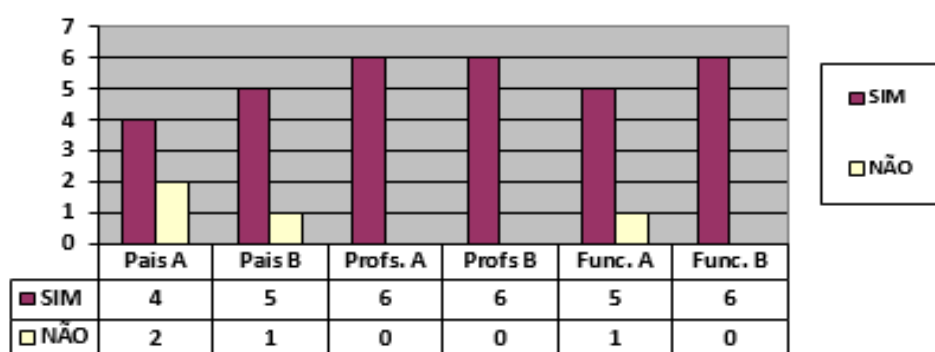
Escola B (aspectos operacionais da UEX)

Segmento	Grau de prioridade da Educação Infantil no direcionamento dos recursos, (de 1 à 5) 1 para muito, e 5 para nenhum.	Consultar ou partilhar as deliberações com seus representados	Grau de influência na distribuição dos recursos do PDDE (de 1 à 5) 1 para muito, e 5 para nenhum.
Pai	2	Esporadicamente	2
Professor/Funcionário	1	Regularmente	2
Gestor	3	Sempre	2
Comunidade (entidade)	2	Regulamente	3

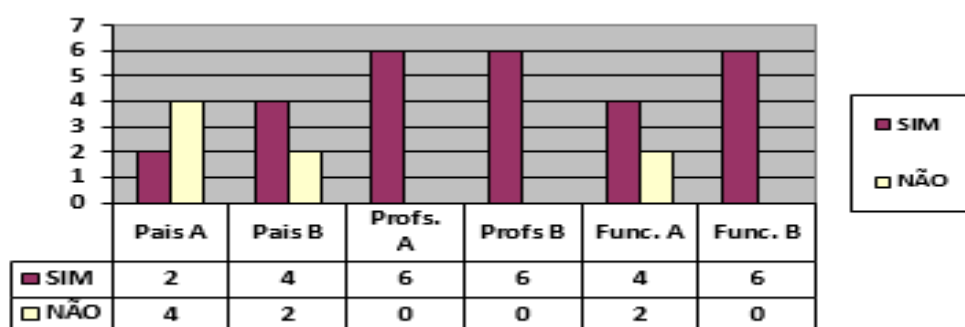
O questionário “B”, deteve-se sobre a comunidade escolar e suas percepções em relação a UEX, por ser um questionário mais aberto a tabulação do mesmo restringiu-se a quantificar as percentagens de pessoas que fazem parte da comunidade escolar de cada escola pesquisada em função das pretensas ações das respectivas UEX, o questionário foi distribuído entre 18 pessoas de cada escola (36 no total), sendo desses 12 professores, 12 pais de alunos e 12 funcionários não participantes das UEX. Onde se observou o seguinte comportamento:

Escola A

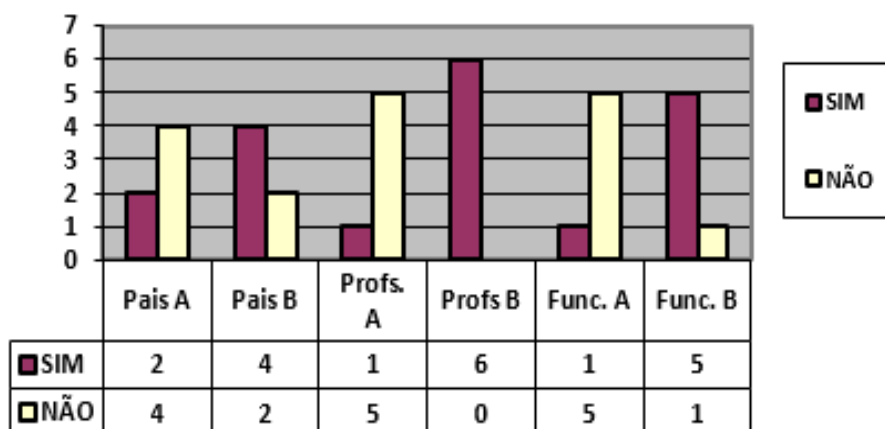
1. Tem conhecimento da existência da Unidade Executora na escola:



2. Tomam conhecimento das prestações de contas da UEX;



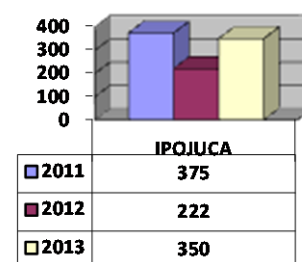
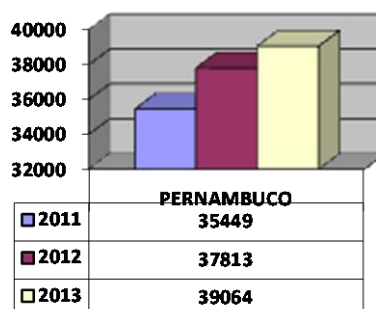
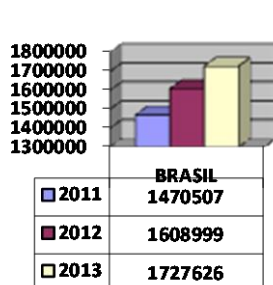
3 – Há clara percepção da utilização de recursos do PDDE para ações na Educação Infantil:



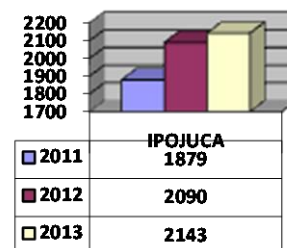
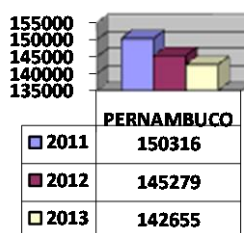
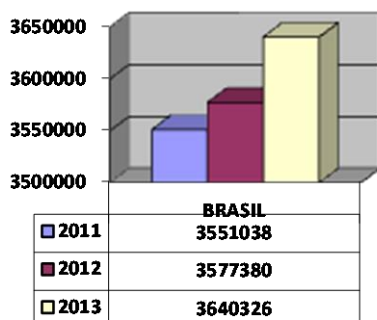
Os demais dados estatísticos utilizados nessa pesquisa foram compilados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), FNDE e do PDDE, os mesmos serão tabulados em tabelas e gráficos, para fins de comparação e mais que subsídio às informações, serão também a informação em si, dando-lhe melhor significado.

4.1 Números da Educação Infantil em Ipojuca/PE: Matrículas, Repasses, Aplicações.

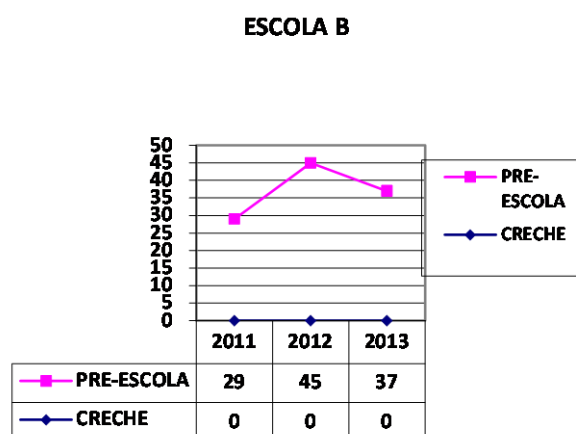
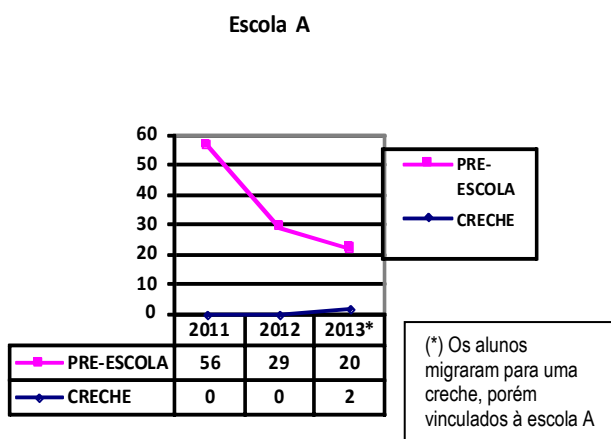
Em Ipojuca/PE nunca houve um censo educativo, toda base de dados estatísticos que se remetam às relações população-matrícula ou população-escolaridade são aferidas pelo cruzamento do censo escolar (INEP - anualmente) e pelo censo demográfico (IBGE - a cada quatro anos). O que numa realidade como a de Ipojuca-PE, que nos últimos dez anos vem sendo palco de intensa e irregular mobilidade social devida a expansão do complexo portuário de Suape, pode apresentar sérias discrepâncias entre oferta e atendimento à demanda de matrículas na EI. Vejamos o comportamento desses números, nos últimos três anos, nas matrículas da creche (0-3 anos) (Fonte INEP) :



No caso da pré-escola obtiveram-se os seguintes resultados:

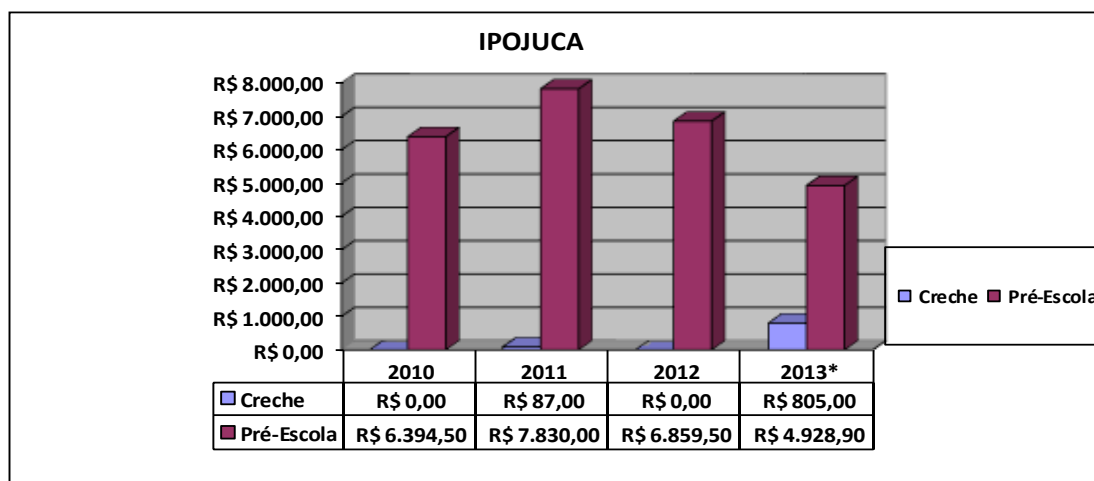


4.1.2 Números de matrículas das escolas pesquisadas, na creche e na pré-escola:



No que tange as transferências de recursos do PDDE, para a modalidade de EI, optamos por afunilar essas informações em dados comparativos para o município e às escolas pesquisadas, visto que nosso objetivo detêm-se sobre a utilização dos mesmos nessas última unidades, saliente-se que neste momento estamos apenas no tratamento estatístico das informações, visto que os analisaremos com melhor propriedade mais à frente, uma vez que os critérios desses repasses sofreram modificações ao longo dos últimos quatro anos, o que pode, num primeiro momento, levar o leitor a interpretações equivocadas dos dados apresentados.

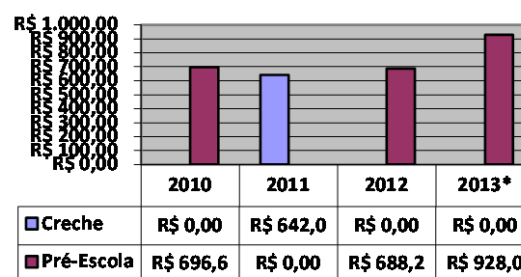
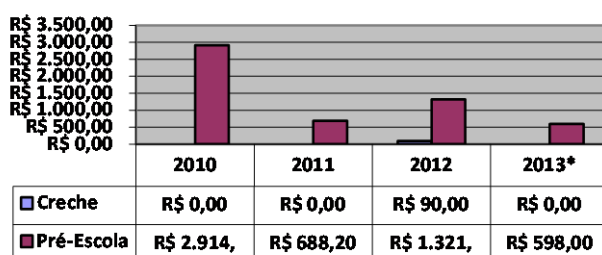
Repasse do PDDE para o município de Ipojuca/PE, para fins de utilização na modalidade de Educação Infantil (escolas que não possuem Unidade Executoras – UEX), no período de 2010 à 2013:



Repasses do PDDE para as escolas A e B no período de 2010 a 2013:

ESCOLA B

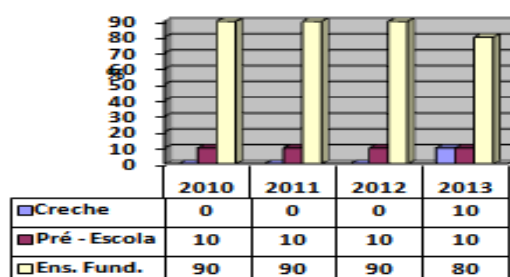
ESCOLA A



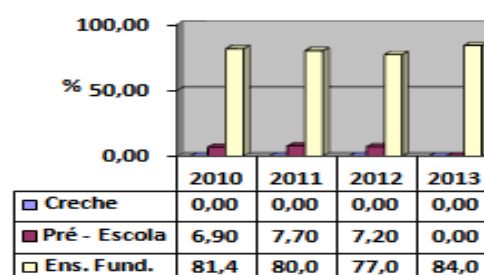
(*) Considere-se na interpretação dos dados os critérios dos repasses: matrícula no ano anterior, exclusão da creche do escopo do computo da Educação Infantil, recebendo assim repasses pelo programa Brasil Carinhoso, para implementação de creches.

No próximo quadro veremos o direcionamento dos recursos recebidos do PDDE para turmas de EI, por decisão da gestão das escolas através de suas UEXs, em quantitativos percentuais das receitas das contas específicas do PDDE para cada exercício, ou seja, saldo do ano anterior adicionados dos repasses do ano letivo vigente (fonte: prestação de contas das escolas):

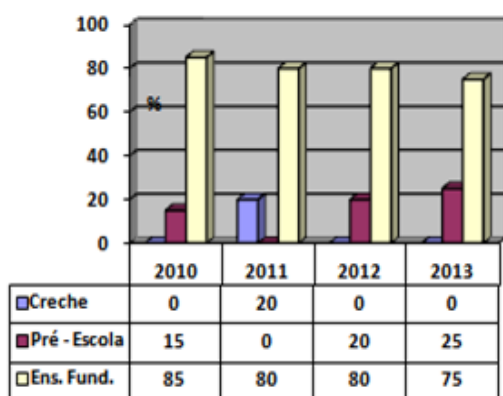
ESCOLA A (DECISÃO UEX)



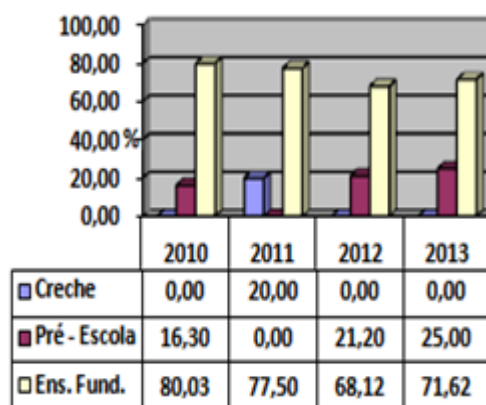
ESCOLA A (REALMENTE EXECUTADO)



ESCOLA B (DECISÃO UEX)



ESCOLA B (REALMENTE EXECUTADO)



Os dados acima nos servirão de subsídio para compreender, ao longo da exposição da pesquisa o comportamento do exercício da gestão democrática de cada escola em função de suas deliberações quanto a aplicação dos recursos do PDDE em turmas da EI. Paralelamente, iremos tentar compreender que lugar de importância as mesmas alcançam dentro da comunidade escolar.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Recorte da Educação Infantil em Ipojuca/PE entre 2010 e 2013

Vimos que a Educação Infantil (EI), entendida hoje como modalidade da educação básica, sofreu consistentes mudanças ao longo da história da educação brasileira. Só a partir de 1996 a EI deixa de exercer um papel eminentemente assistencialista para abarcar seu caráter educacional e “escolarizante”.

Porém, até 2009, a matrícula nesse nível de ensino ainda permaneceu não compulsória dos 0 aos 6 anos de idade, apesar de que da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – Lei 9394/96 (LDB) já previa a responsabilidade dos municípios, enquanto sistema, no atendimento prioritário a essa modalidade de ensino.

Somente a partir de 2009 a matrícula de crianças com 4 anos de idade se torna obrigatória, para fins de consolidar a proposição de nove anos de escolarização mínima da criança brasileira.

Convém ressaltar que, nesse período, o déficit de matrícula na EI mantinha-se ao nível dos 20% (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP/2010 — Censo Escolar 2010), inclusive apresentando um indicativo menor que a meta do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011) de 50%. Atualmente, com o novo PNE (2011-2020) pretende-se também “a inclusão de no mínimo 50% da população de 0 a 3 anos na escola até 2016” (LIBANEO *et al*, 2013, p.208).

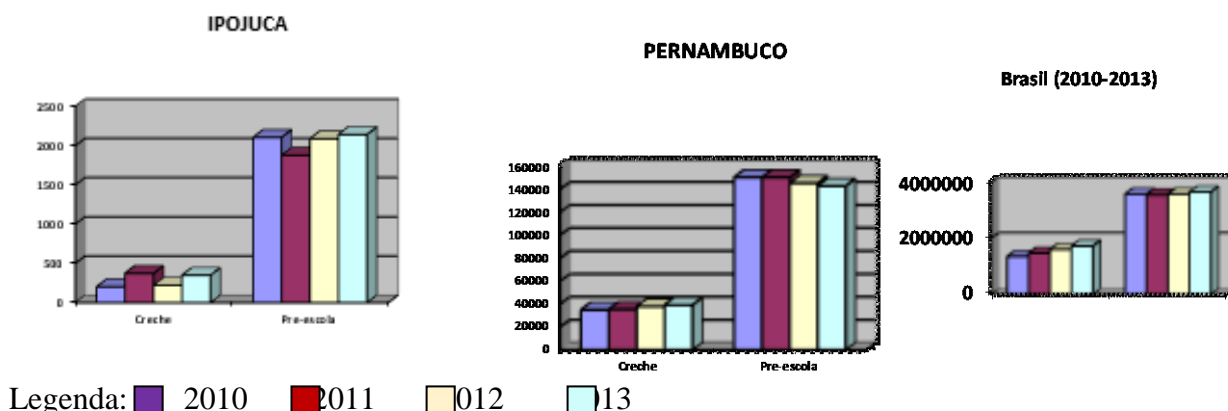
Conforme Libaneo (*ibid*), alguns dos fatores apontados pelos municípios, para o não cumprimento da meta eram os critérios mínimos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) tanto para a questão de infraestrutura das pretendidas Unidades de Educação Infantil, quanto para as características dos profissionais que nelas devem atuar. Para compensar essa deficiência o Governo Federal implementou o Proinfância através do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (2011) - PAC-2 e mais tarde com o Programa Brasil Carinhoso (2013), cujo um dos objetivos é o de financiar a construção e viabilidade de funcionamento inicial de creches-padrão ou Unidades de Educação Infantil (UEI), através de repasses diretos aos municípios.

Em Ipojuca/PE foram aprovadas o financiamento de três dessas creches, cada uma estrategicamente localizada nos distritos mais populosos, porém só irão atender 1/3 da demanda atual, porque elas não serão concebidas apenas para ampliar a oferta de matrícula,

mas também para atender as crianças que hoje são assistidas em anexos. O município de Ipojuca localiza-se na região metropolitana do Recife, a 30km desta capital, nele está encravado o complexo portuário de SUAPE¹.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o município de Ipojuca conta hoje com uma média de 85(oitenta e cinco) mil habitantes, destes, pouco mais de 8 (oito) mil se encontram na faixa etária de 0 à 5 anos, ou seja dentro do espectro de atendimento na EI, 0 à 3 anos em creche e, 4 e 5 anos na pré-escola.

O censo escolar mostra ainda que Ipojuca está aquém da meta proposta para 2016 que é a de ter no mínimo 50% das crianças entre 0 e 5 anos, na escola. Em 2013 atendia cerca de 2,8 mil crianças, a uma taxa de atendimento crescendo apenas 7% em média ao ano, ainda teríamos um déficit de mais de mil criança Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2010) fora da escola em 2016, os números revelam uma situação preocupante, pois enquanto há uma crescente no nível de matrícula tanto no estado de Pernambuco e no Brasil como um todo, em Ipojuca houve quase uma estagnação da matrícula nos últimos 4 anos:



No primeiro gráfico temos a situação de Ipojuca, no segundo do estado de Pernambuco e o ultimo a do Brasil, observemos que o nível de matrícula na EI é aparentemente similar entre os municípios, porém há que se considerar a taxa de crescimento populacional de Ipojuca, que tange em média 10% a cada 5 anos, o que não se reflete na proporcionalidade da matrícula, ou seja, há um considerado contingente de crianças de 3 a 5 anos fora do âmbito escolar, levando-se em consideração o número de crianças nessa faixa etária, isto é, tínhamos em 2010 quase 6 mil crianças, porém pouco mais que 2 mil frequentavam a escola. Hoje temos aproximadamente 8 mil crianças nesta faixa etária, porém o mesmo nível de matrícula. (Fonte INEP)

¹ SUAPE – O Complexo Portuário de Suape, localiza-se à 30km de Recife-PE., e está encravado entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, onde fica sua sede administrativa. Entre sua concepção e operacionalização de fato levaram-se vinte anos, e hoje é maior polo industrial do Nordeste. Responsável por mais de 50% da mão-de-obra em quase 10 municípios em seu entorno, no entanto há graves problemas sociais demandadas pela intensa migração, entres elas o déficit em vagas nas escolas, falta de moradia e serviços básicos, como saneamento, etc.. FONTE: <http://www.suape.pe.gov.br/institucional/historic.php>

Em Linhas gerais, a rede municipal de educação de Ipojuca/PE possui 88 escolas, das quais 19 na área urbana e 69 na área rural, todas possuem turmas de Educação Infantil, com a

observação de que, na área urbana, as turmas de Educação Infantil funcionam em prédios anexos, alguns destes foram totalmente reestruturados, porém, a maioria continua em situação precária.

Quanto as turmas da área rural há duas realidades, a primeira e que é a maioria delas (44 escolas) os alunos da EI, e em especial aos do pré-escolar estão em salas do multisseriado (coabitando) com alunos das demais séries iniciais, e apenas 6 escolas da área rural tem creche (0 à 3 anos), o que demonstra a falta de oferta de vagas na área rural, onde culturalmente, as famílias são mais numerosas e a população infantil é mais crescente.

O professorado da EI em Ipojuca é predominantemente feminino, tanto professoras como auxiliares, tem formação variada (magistério, pedagogia, e outras áreas), em sua maioria são contratadas temporariamente, pois ainda não foi realizado um concurso específico para essa modalidade.

Estruturalmente, do ponto de vista de suas instalações físicas, existem várias realidades, desde creches específicas para atendimento de crianças de 0 à 3 anos, contando com berçários, fraudários, brinquedoteca, espaço para leituras, áreas internas e externas de convivência e recreação, refeitório, etc., à escolas apenas com a sala de aula, de comum, contando apenas com carteiras escolares para EI.

Vimos que as duas escolas pesquisadas tem situações análogas, até 2009 as turmas de EI eram localizadas no prédio principal de cada escola, eram salas padronizadas em toda a rede, contando com carteiras própria para a EI, cantinhos de leitura e no mais a área interna de recreação, o atendimento reduzia-se a apenas uma professora, quando mais auxiliada por uma estagiária.

Em 2010, por pressão da comunidade, devido as frequentes denúncias de violência sofrida pelos pequenos por alunos maiores, a rede aos poucos, foi implantando os anexos, o que ocorreu concomitantemente com as duas escolas. Estes são residências alugadas que sofreram reformas para atender crianças de 0 à 5 anos. Elas possuem salas específicas, banheiros adaptados, área de recreação, espaço para refeições e higiene, cantinhos de contação de histórias, etc.

Ao analisarmos o quantitativo repassado às escolas pesquisadas em relação ao número de alunos matriculados, nos deparamos com valores irrisórios, se levarmos em consideração que esse repasse é anual, e não raro dividido em duas parcelas anuais, por exemplo, a escola “A” tinha em 2011, 56 alunos matriculados na pré-escola, recebeu portanto, um repasse único de R\$ 1.321,00, em 2012 o que dá em média R\$ 23,00/ano por aluno, já a escola “B” recebeu

um repasse de R\$ 688,20 no mesmo ano, e tendo 29 alunos matriculados em 2011, também contabilizou uma média de R\$ 23,00/ano por aluno.

No entanto o tratamento na utilização desses recursos pelas duas escolas foi bastante diferenciado, ambas resolveram levar em consideração a soma total dos recursos recebidos, adicionando o saldo do ano anterior com os recursos recebidos no ano vigente, e assim suas UEXs deliberaram em valores percentuais quanto seria investido por modalidade de ensino, porém tiveram atenções diferenciadas para as turmas de Educação Infantil, tanto na deliberação quanto da execução na aplicação desses recursos.

A escola “A” seguiu um padrão de uniforme quando deliberou recursos do PDDE para EI, contingenciou 10% do total dos recursos, no entanto executou em média 7% apenas. Já a escola “B” alocou progressivamente estes valores, com acréscimo de 5% ao ano, e executou acima disto nas turmas de EI. Esse aspecto, por ser o principal objeto de análise desta pesquisa será retomado com mais propriedade à frente.

5.2 Mesmo programa, mesma realidade, mesma destinação: dois resultados.

Neste tópico, analisaremos com mais detalhes os mecanismos e parâmetros que determinaram a aplicação dos recursos do PDDE, na EI, nas duas escolas pesquisadas. Como vimos, as mesmas têm similaridades tanto estrutural, como de pessoal, número de matrículas e de proporção de recursos.

Os mecanismos de investimento de recursos seguem um padrão linear nas duas escolas pesquisadas, ou seja, o FNDE deposita os recursos em uma ou duas parcelas ao longo do ano, e as escolas tendo como base os saldos do ano anterior ou acúmulo destes com o repasse atual, os investe de acordo com as necessidades elencadas e assim procedem os gastos, que dependendo do quantitativo podem ser aplicados paulatinamente ou de uma única vez, fazendo aí uma pequena reserva para possíveis contingências, mas nunca chegando a menos que 5% dos recursos recebidos no anterior.

Convém lembrar que este procedimento é uma orientação (informal) às todas as escolas da rede municipal, visto que há Resoluções do FNDE que se modificam a cada ano, umas determinam o desconto na próxima parcela ou mesmo no todo dos recursos previstos para o ano seguinte de 40%. Caso o saldo restante do exercício anterior ultrapassasse 30% dos recursos recebidos neste período (Resolução FNDE 04 de 11 de abril de 2013), forçando assim a utilização integral dos repasses. Por exemplo: se uma escola recebe R\$ 1000,00 e deixa no um saldo de R\$ 301,00 só receberia, de acordo com a resolução vigente em 2013,

um total de R\$ 600,00, tendo como base aqui a não alteração no número de matrículas, ou seja, a escola seria penalizada, neste caso, em 10% dos recursos a que teria direito.

No seguimento deste processo, a UEX tem que seguir um “ritual” padrão, para a aquisição de matérias com esses recursos, ou seja, é obrigatória pesquisas de preços, análise dessas propostas, composição burocrática do processo de compras (formulários, atas, notas fiscais, recibos, atesto, etc.)

Outro mecanismo que devemos compreender diz respeito a forma de pagamento dessas aquisições, em Ipojuca/PE, uma vez que, não é mais permitida a utilização de cheques, mas tão somente transferências bancárias eletrônicas, salvo os depósitos em conta, quando da devolução de recursos gastos impropriamente. Esse mecanismo requer dos membros da UEX's habilidades em informática, pois não trata-se apenas de uma transferência “simples”, como ocorre com uma pessoa física, há utilização de duas senhas distintas (presidente e tesoureiro), validação das operações, cadastro de contas, atenção aos limites, gerenciamento de aplicações financeiras, etc.

O ponto chave de nossa pesquisa é justamente comparar os parâmetros que os conselheiros das UEX's utilizaram para aplicação dos recursos do PDDE na EI. Para tanto, temos que nos remeter antes aos perfis desses conselheiros e assim entenderemos os parâmetros adotados.

Como vimos nos questionários e nas fontes de pesquisas, a forma de composição das UEX's seguem um padrão único determinado por seus respectivos Estatutos, ou seja, os mesmos não apontam a forma de eleição dos seguimentos, apenas se atém a composição das mesmas e atribuições de seus membros. Não há um critério mínimo, uma condicionante para os segmentos, exceto a indicação da faixa etária mínima para participação dos estudantes, que seria de 18 anos completos. Tanto em uma como outra escola, a paridade é a mesma, 02 representantes da gestão, 02 dos professores, 02 dos funcionários, 02 dos alunos, 02 dos pais, e 02 de representações de entidades civis da comunidade do entorno da escola (geralmente do segmento religioso, e em especial o evangélico).

Numa análise das atas das duas UEXs, o método de escolha dos representantes desses segmentos também é o mesmo, ou seja, gestão por auto indicação, professores, alunos e entidade por delegação, e os pais (mães) por aclamação.

A diferença, entre as duas escolas estava na condução dos processos eletivos, a escola “A” colocou editais nos quadros de avisos, fez reuniões específicas com representações dos professores, alunos e funcionários, em momentos distintos para escolha de representantes dos segmentos, e aproveitou a reunião dos dia das mães para escolher o segmento dos pais, por aclamação, no momento dos avisos. Já na escola “B” o processo é um pouco diferenciado, há

a publicação de editais, e reuniões preliminares por turnos. A representação dos professores e funcionários é realizada por delegação, sendo que há um acordo “informal” entre estes, ou seja, como as turmas das séries iniciais só funcionam pela manhã, o professor a ser escolhido é um daqueles que transitam nos três turnos, com a finalidade de levar ao pleno as reivindicações de todos, já os dos funcionários tem sido alguns do turno da tarde, pois tem contato com os colegas de outros turnos. Os dos alunos são escolhidos entre eles numa reunião dos representantes de turmas, e os dos pais em reunião específica para isso, é a reunião mais acalorada, porém é o segmento mais disperso, devido a difícil articulação entre representados e representantes, e a escola não dá suporte para mobilização entre eles, resumindo-se em apenas quatro reuniões destes a cada dois anos, uma para eleição, outras duas (pequeno espaço na reunião de “pais e mestres”) no fechamento de cada semestre e na reunião geral de prestação de contas.

Outro dado interessante no perfil dos representantes em cada escola, diz respeito ao grau de instrução, apropriação participativa do Projeto Político Pedagógico, conhecimento prévio e sistemático de funcionamento de uma UEX (atribuição e funções) e poder de influência entre os demais. Enquanto na escola “A” essas manifestações eram esporádicas, na escola “B” havia uma articulação no discurso, uma melhor apropriação, etc.

Vistos estes aspectos, há que considerar os parâmetros que cada UEX utilizou para aplicar os recursos do PDDE, vejamos: na escola “A”, segundo análise das atas, os membros centralizavam a distribuição nas turmas das séries finais, autorizando a aquisição de materiais através de uma lista apresentada pela gestão, como itens prioritários, porém comparando o que foi relatado nas atas com as notas fiscais, muitos dos materiais comprados, sequer foram citados nessas reuniões.

E em nenhuma ata anterior as aquisições, havia sugestões para a EI, os que foram adquiridos, eram mais pertinentes ao primeiro ano (blocos de desenhos, tapetes de alfabeto, dados de letras e números, etc), relativos a EI, os recursos aplicados pela escola “A”, para esta modalidade, restringiu-se a materiais como massa de modelar, tinta a dedo, tecido do tipo “tnt”, emborrachado EVA, cartolinas, etc.

Em relação à escola “B”, também analisando a atas e cruzando essas informações com as notas fiscais das prestações de contas, percebeu-se um encadeamento interessante: primeiro, as proposições tinham como fonte de consulta o PPP e miniprojetos postulados por alguns professores; segundo, em relação a Educação Infantil, as atas registram que não se utilizou apenas uma lista de materiais mas sim de folders explicativos dos materiais requisitados apresentados como justificativas da necessidade de utilização, etc; terceiro, nas

atas há falas dos pais em apoio às requisições das turmas de EI, como também opiniões contrárias destes ao julgarem desnecessárias certas aquisições, a exemplo de livros musicados, justificando por isso a relação “custo x benefício”; quarto, enquanto a escola “A” referenciava-se pelo quantitativo em reais disponíveis, a escola “B” centrava-se na pertinência dos materiais às necessidades dos alunos, que nem sempre correspondiam às expectativas dos pais.

Na prática, enquanto a escola “A” resolvia sobre as aquisições com apenas uma reunião, já na escola “B” encontramos até quatro atas relatando o mesmo assunto para se chegar a um denominador em comum, que nesse caso, foi a aquisição de um teatrinho de fantoches, cujo preço excedia aos quantitativos destinados à EI, porém foi autorizada sua aquisição, desde de que fosse utilizado também para as outras turmas, já que essa modalidade fazia uso de materiais destinados às outras modalidades.

Como vimos, os parâmetros utilizados pelas duas escolas são bem díspares, e condizem com os perfis de seus conselheiros e da própria dinâmica escolar. Mesmo mudando a gestão, a práxis ainda foi a mesma, ou seja, se por um lado manteve-se a fragilidade democrática de um, por outro, a outra com melhor qualidade de participação parece consolidar-se.

O fato da posição numérica de matrícula da EI parece ter peso na escola “A”, enquanto na escola “B” a preocupação é garantir um melhor ambiente de aprendizagem independente da situação numérica, com vistas ao bem estar das crianças. No entanto, tanto em uma como em outra, as expectativas dos pais é de que a Educação Infantil seja um estágio de preparação para escolarização e não para a aprendizagem, a diferença reside em que viés isso é contextualizado por estes ou por aqueles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate corrente sobre a qualidade da educação perpassa as mais variadas instancias de poder e fóruns de discussão. Um dos pontos em comum, nessa discussão diz respeito ao financiamento da educação pública. Há pouco, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13005 de 25 de junho de 2014) que prevê um incremento neste segmento na faixa de 7% do PIB até 2021, e a cada edição do PNE a sociedade civil pontua a descentralização desses recursos como a forma legítima de garantir sua utilização.

Mas quais seriam os mecanismos dessa descentralização? O atual modelo corresponde às expectativas dos entes federados, e principalmente às necessidades dos educandos? Questões como estas, podem servir de mote a estudos mais aprofundados. No entanto, nossa pesquisa demonstrou que, quando bem aplicado, bem gerenciado e principalmente bem planejado (participativa mente de forma consciente), por mais parcos que sejam eles, fazem um interessante diferencial. Se por um lado, alguns críticos enxergam o PDDE como uma tentativa lenta de privatização da escola pública, outros veem nesse processo a gerencia popular de recursos públicos a bem da mesma.

Detendo-se sobre as escolas pesquisadas, ficou notório que o sucesso pleno deste mecanismo depende de fatores que ainda não são apropriados pela comunidade escolar, como o conhecimento legal do programa, participação efetiva na construção e revisão do PPP da escola, articulação dos segmentos que compõe as UEXs e Conselho Escolar, processo eletivo transparente e mobilizador, etc.. Porém a experiência mais exitosa foi justamente da escola que mais se aproximou desse contexto participativo, onde a gestão compartilhou “poderes” e onde pais e a comunidade do entorno da escola era mais atuante e/ou politizado.

A percepção destes componentes, de que a EI se faz alicerce na aprendizagem exitosa dos alunos foi fundamental para tomada de decisões com relação ao direcionamento na utilização dos recursos, apesar das limitações impostas, até mesmo pela distribuição venal dos mesmos, ou seja, quantitativos pré-estabelecidos por modalidades, a comunidade escolar não hesitou em ir além, não só alocando recursos mas fazendo-se presente na execução dos mesmos. Há que se considerar que esse mecanismo funciona, que se proporcionado à comunidade escolar a efetiva participação e ciência de seus instrumentos, poderemos avançar para qualificação educacional de nossos alunos, de nossas escolas, de nossas cidades e de nosso Brasil.

Por fim, os resultados apontam a falta de empoderamento da comunidade escolar em relação aos aspectos legais e operacionais do PDDE, revelando, pois, uma grande fragilidade da comunidade escolar enquanto gestão democrática. Muito mais de fato que de direito, verificou-se que pouco mais que 25% dos professores que participam da UEX de suas escolas conhecem suas atribuições enquanto conselheiros, e apenas 10% opinaram ou propuseram sobre ações pedagógicas na Educação Infantil. Considerando a relevância do assunto, e necessidade de discussão mais ampliada, desejamos que este TCC sirva de estímulo para o desenvolvimento de aprofundamentos futuros.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. FNDE/PDDE MEC. **Resolução nº 9**, de 2007.
- BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**, 2003.
- BRASIL. MEC. **Informativo sobre o Programa “Dinheiro Direto na Escola”**. Brasília, FNDE, 1999.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1996.
- BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.
- BRANDÃO, Zaia - **Paschoal Leme** – In: Coleção Educadores MEC – Recife, 2010.
- BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da Educação Básica no Brasil**. Curitiba – 2010.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção - **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Extraído de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200002&script=sci_arttext em 18 de setembro de 2014
- GONÇALVES, F.W.A.S. ; CRUZ, R.E; LUIZ, L.X. **Reflexões acerca do processo de implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola no Piauí**. In: Luiz, L.X. (Org.). Gestão, financiamento e controle social da educação. Teresina: EDUFPI, 2005 pp. 61-77.
- LIBANEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização** – São Paulo, 2013. pp. 123 – 536.
- MEC. **Como Criar a Unidade Executora**. Brasília: Diretoria de Ensino Fundamental, S/N, 1997.
- PÉREZ, GOMEZ, A.I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. RS, 2000.

PERONI, Vera Maria Vidal. (Org) – **Redefinições das Fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação.** – DF, 2013.

PIANA, Maria Cristina. **A pesquisa de campo – In: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009 Extraído de <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf> em 17 de setembro de 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas 6ª Edição – 2011.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – **Censos Escolares – 2010, 2011 e 2012.** In: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Populacional 2010 e Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad-2011, 2012 e 2013)**

In: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=1

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
COMPONENTE CURRICULAR: TCC
PÓLO: Ipojuca - PE
PROFESSORA :Cristiane Sousa de Assis
Aprendente: Cleodon de Melo Ventura
MATRÍCULA: 91113132

Dados Pessoais

Escola: _____
 Local: _____
 Nome: _____
 Profissão: _____
 Grau de instrução: _____
 Segmento: _____
 Função na UEX: _____

QUESTIONÁRIO A

MEMBROS DA UNIDADE EXECUTORA

1) VOCÊ SABE QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DE SEU CARGO NA UEX?

2) VOCÊ É ASSÍDUO(A) ÀS REUNIÕES, FALTA MUITO OU POUCO?

3) QUANTAS VEZES VOCÊ SE REUNE COM O SEGMENTO QUE REPRESENTA PARA COLHER OU REPASSAR SUGESTÕES E INFORMAÇÕES? COMO? POR QUER?

4) QUE CRITÉRIOS VOCÊ USA PARA SUGERIR NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS?

5) AS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO CONTEMPLADAS NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE?

() SEMPRE () QUASE SEMPRE () ÀS VEZES () NUNCA

6) DO TOTAL DA VERBA DO PDDE QUAL A PORCENTAGEM QUE A UEX COLOCA A DISPOSIÇÃO DAS TURMAS D EDUCAÇÃO INFANTIL?

() DE 50 A 100% () DE 10 A 50% () – 10% () NADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
COMPONENTE CURRICULAR: TCC
PÓLO: Ipojuca - PE
PROFESSORA : Cristiane Sousa de Assis
Aprendente: Cleodon de Melo Ventura
MATRÍCULA: 91113132

Dados Pessoais

Escola: _____
 Local: _____
 Nome: _____
 Profissão: _____
 Grau de instrução: _____
 Segmento: _____

QUESTIONÁRIO B

MEMBROS DA COMUNIDADE ESCOLAR

1) SUA ESCOLA TEM UNIDADE EXECUTORA ?

() SIM () NÃO

2) SE **SIM**, VOCÊ JÁ PARTICIPOU OU TOMOU CONHECIMENTO DAS REUNIÕES DA MESMA?
 ATRAVÉS DE QUEM OU DO QUE?

3) SE **NÃO**, QUEM DECIDE SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE QUE ESCOLA
 RECEBE?

4) DE QUANTAS REUNIÕES DA UEX VOCÊ PARTICIPOU?

5) A ESCOLA CONSTUMA FAZER PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UTILIZAÇÃO DOS
 RECURSOS?

() SEMPRE () ÀS VEZES () NUNCA

6) VOCÊ PERCEBE QUE AS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO OU JÁ FORAM
 BENEFICIADAS COM OS RECURSOS DO PDDE GERIDO PELA ESCOLA? COMO?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Dados Gerais:

- a) Nome, segmento, idade, Escola, local.

Percepções quanto a existência e importância e utilização dos recursos do PDDE:

- a) Você sabe o que é PDDE?
- b) Sua escola recebe recursos do PDDE?
- c) Você sabe quanto à escola recebeu de recursos do PDDE este ano?
- d) Você sabe em que os recursos do PDDE devem ser aplicados?
- e) Você percebe alguma diferença pra melhor na escola, quando esses recursos são empregados?

Percepções quanto a existência da Unidade Executora e suas atribuições:

- a) Você sabe o que é uma Unidade Executora? E o que ela faz?
- b) Sua escola tem Unidade Executora? Você sabe quem participa dela? Como essas pessoas foram escolhidas para participar da UEX?

Percepções da utilização dos recursos em turmas da Educação Infantil:

- a) As turmas de Educação Infantil são contempladas com recursos do PDDE, deliberados pela UEX?
- b) Quais melhorias você aponta nas Turmas da Educação Infantil após a utilização desses recursos?
- c) Qual sua opinião com relação à utilização desses recursos na escola?

